



**XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB**

**ISSN 2177-3688**

**GT-1 – Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação**

**GÊNESE SÓCIO-HISTÓRICA DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR**

***SOCIO-HISTORY GENESIS OF THE UNIVERSITY LIBRARY IN THE SCOPE OF HIGHER EDUCATION***

**Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra. UFC.**

**Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca. UFC.**

**Lidia Eugenia Cavalcante. UFC.**

**Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** Este artigo é parte da tese de doutorado cujo objetivo central é analisar a gênese da biblioteca universitária relacionando suas questões históricas e sociais com ênfase na educação superior. No desenvolvimento do aporte teórico discute-se a evolução da biblioteca desde os primórdios até os dias atuais, destacando o papel da biblioteca universitária e suas manifestações no ensino-aprendizagem. Parte-se assim de um breve retrospecto da criação das universidades ao longo da trajetória social, tal posicionamento serve de amparo para a compreensão do papel das bibliotecas universitárias na consolidação do ensino superior. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Nesse âmbito o método bibliográfico possibilita discutir perspectivas do conceito de biblioteca universitária e do ensino e as implicações que acarretam para ambas as instâncias. Os resultados apontam que o ensino e a biblioteca sempre mantiveram uma relação de forte dependência para o alcance de seus objetivos operando como um binômio biblioteca universitária-ensino aprendizagem. Conclui-se que a participação das bibliotecas nas instituições de ensino fundamenta-se principalmente de seu caráter inseparável do sistema educacional

**Palavras-Chave:** Biblioteca Gênese. Biblioteca Universitária. Ensino.

**Abstract:** This article is part of the doctoral thesis whose main objective is to analyze the genesis of the university library relating its historical and social issues with an emphasis on higher education. In the development of the theoretical contribution, the evolution of the library from the beginning to the present day is discussed, highlighting the role of the university library and its manifestations in teaching-learning. It starts with a brief retrospective of the creation of universities along the social trajectory, this position serves as a support for the understanding of the role of university libraries in the consolidation of higher education. Methodologically, it is a bibliographic research with a qualitative approach. In this context, the bibliographic method makes it possible to discuss perspectives on the concept of university library and teaching and the implications they have for both instances. The results indicate that teaching and the library have always maintained a relationship of strong dependence to achieve their goals operating as a binomial university library-teaching-learning. It is concluded that the participation of libraries in educational institutions is mainly based on their inseparable character from the educational system.



**Keywords:** Genesis Library. University Library. Teaching.

## 1 INTRODUÇÃO

A biblioteca é um equipamento produtor de efeitos intelectuais, tais como generalizações, sínteses, totalização, tradução das diferenças qualitativas e processos de mediação que fundamentam o conhecimento. Seu poder não se situa apenas no mundo das palavras e dos conceitos, mas também no domínio da memória escrita. Conforme Baratin e Jacob (2000), a força das bibliotecas reside em seu papel crucial na transmissão da cultura e dos saberes, tendo em vista que são lugares de continuidade, mas também de rupturas da tradição. Desde as salas de arquivo dos palácios orientais até as bases de dados acessíveis *online*, identificamos transformações paradigmáticas da biblioteca e, não só dela, mas também dos leitores, leituras, aprendizagem, políticas de domínio e de comunicação da informação.

Na atual configuração social dos ambientes acadêmicos, as bibliotecas são participantes diretas da construção do fazer pedagógico, pois se fazem presentes no processo de ensino-aprendizagem ao assumirem o papel de mediadoras entre as novas competências que são desenvolvidas no ambiente acadêmico e as informações que uma dada comunidade demanda neste processo. Segundo Oliveira e Dumont (2010), a biblioteca é a instância que possibilita às instituições de educação atender as necessidades de informação de um grupo social ou da sociedade em geral, através da administração do seu patrimônio informacional e do exercício da função educativa, ao orientar os usuários nos usos da informação.

As relações conceituais entre a biblioteca universitária e o ensino-aprendizagem nesta mesma esfera, oferecem elementos para a elaboração de análise acerca da BU ao longo de sua tradição informacional e comunicacional. É importante esclarecer que este artigo é parte constituinte de uma pesquisa de doutorado realizada em 2019 que tinha como objetivo estabelecer as inter-relações entre BU e ensino-aprendizagem, desta feita, o objetivo central é analisar a gênese da biblioteca universitária relacionando suas questões históricas e sociais com ênfase na educação superior.

Metodologicamente o artigo proposto pauta-se numa pesquisa documental e bibliográfica de abordagem qualitativa que tem como objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere. Os resultados



evidenciam que as BU 's mantêm uma forte dependência com o ensino, operando como um binômio biblioteca universitária-ensino aprendizagem.

### **3 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: TRILHAS ENTRE INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Tradicionalmente, a biblioteca universitária é vista como instituição social e cultural que preserva os saberes produzidos, a memória e o conhecimento. É também papel da biblioteca a organização, representação e disseminação da informação, sendo mediadora entre os indivíduos e a produção intelectual disponibilizada nos registros e suportes informacionais. Sua abrangência e ação em prol do desenvolvimento: científico, tecnológico, cultural e social está diretamente relacionada à função da universidade na sociedade (RIBEIRO, 2007).

Desde a Antiguidade, quando o suporte ainda era mineral com as tabuinhas de argila; ou vegetal, como os rolos de papiro (volumen), passando pela Idade Média, com seus manuscritos em peles de animais (códex) até o livro impresso, marca do período moderno, as bibliotecas não se alteraram muito em natureza, finalidade e funcionamento. No sentido contemporâneo, entretanto, a biblioteca universitária é um equipamento produtor de efeitos intelectuais, tais como generalizações, sínteses, totalização, tradução das diferenças qualitativas e processos de mediação que fundamentam o conhecimento (BARATIN; JACOB, 2000).

Ao longo da história, as bibliotecas foram evoluindo e adaptando-se às mudanças que estabeleceram seu papel social e suas atuais características. Isto dito é oportuno pensar que elas estão ligadas, ao longo do tempo, ao desenvolvimento do conhecimento humano em diferentes dimensões (cultural, educacional, social). Neste sentido, também exercem importante função na mediação da informação, acompanhando não apenas a evolução da produção intelectual e da circulação do conhecimento, mas também a evolução tecnológica que possibilita a circulação e o processo comunicacional. Como instituições milenares, elas foram definindo seu papel, estabelecendo cenários e oferecendo serviços ao público de maneira a firmar-se como polo aglutinador de saberes, mas também como centro de mudanças, responsáveis por mantê-las vivas e em atividade mesmo com todos os desafios presentes na Era da Informação e do Conhecimento (NUNES, 2015, NUNES; CARVALHO, 2016).



Sendo espaços de difusão do conhecimento por excelência, as bibliotecas universitárias, assim como as demais unidades de informação, têm evoluído com o intuito de não somente atender às necessidades de informação do público, e sim atuar numa perspectiva de antecipação de tais necessidades e em ações mediadoras. A antecipação aqui mencionada pauta-se numa postura empreendedora, isto é, acompanhar as mudanças no comportamento dos usuários e nos avanços na produção e apropriação do conhecimento. O intuito do retrospecto das bibliotecas universitárias que faremos adiante é situar o entendimento sobre essas instituições na história da educação desde a Idade Média aos dias atuais.

### **3.1 Bibliotecas na idade moderna**

A referência temporal para a abordagem das bibliotecas na Idade Média é o período que vai do século V ao XV, justamente a época do surgimento das corporações de ofícios, consideradas como as experiências de formação das primeiras universidades (DIOGENES; CUNHA, 2017). Dentre os tipos de corporações, destacam-se as *Universitas studii*, que se caracterizavam como um grupo coeso de alunos e mestres para transmissão e aprendizagem de conhecimentos sem o compromisso de uma aplicabilidade imediata, ou seja, o grupo se reunia em torno de professores para aprender o que eles tinham para ensinar. Era comum serem os professores a emprestar os próprios livros aos estudantes mais aplicados, que os copiavam e, por vezes, até vendiam as cópias efetuadas a livreiros que se instalavam junto das universidades (VEIGA, 2007). Tais professores eram representantes do clero menor, que ensinavam as chamadas sete artes liberais, divididas em dois ciclos, o *trivium*: gramática, retórica e lógica; e o *quadrivium*: aritmética, geografia, astronomia e música. Essa espécie de composição curricular seria adotada, posteriormente, inclusive nas universidades. (DIEL, 2017)

Na Idade Média a função social da educação era integrar os indivíduos numa sociedade de ordens, altamente estratificada e autoritária. Um mosteiro refletia perfeitamente esta condição social, pois o abade agia como um monarca e os monges como seus súditos. (XAVIER; CHAGAS; REIS, 2017)

Fazendo justiça ao nosso legado educacional, tendo em vista que fomos colonizados por um país ibérico cuja religião predominante era a Religião Católica, que deu formas culturais em todos os sentidos de sua consolidação, é cabível dizer que as nossas bases educacionais são oriundas das: Escolas de catequização das igrejas, escolas claustrais monásticas, o gênero muito humilde e modesto donde saiu todo nosso sistema de ensino.



Escolas elementares, universidades, colégios. Neste contexto, nossa organização escolar, em toda sua complexidade, derivou dessa célula primitiva explicando suas características essenciais que apresenta ao longo da história. (XAVIER; CHAGAS; REIS, 2017)

O quadro 1 apresenta, de acordo com Veiga (2007), a categorização e a data de surgimento das primeiras universidades na Idade Média. O que chama atenção nesta sistematização da evolução histórica e social das universidades neste período é sua dinâmica de influência e influência constante no desenvolvimento das sociedades, ou seja, as universidades, em grande medida, transformam não só o saber social como também reproduzem a sociedade.

**Quadro 1 – Formação das bibliotecas universitárias na Idade Média**

TIPO DE FORMAÇÃO	UNIVERSIDADE	ANO DE CRIAÇÃO
Espontânea	Bolonha (Itália)	1088
	Oxford (Inglaterra)	1214
	Montpellier (França)	1220
	Paris (França)	1250
Formadas por migração	Pádua (Itália)	1222
	Cambridge (Inglaterra)	1318
Formadas por autoridades religiosas ou nobreza	Nápoles (Itália)	1224
	Salamanca (Espanha)	1218
	Valladolid (Espanha)	1250
	Lisboa (Portugal)	1290
Criadas por decreto real	São Domingos (América Espanhola)	1538
	Lima (América Espanhola)	1551
	México (América Espanhola)	1551

Fonte:: Adaptado de Veiga (2007, p. 176)

Ainda sobre a categorização de Veiga, é válido também observar as formas de organização das universidades que inicialmente surgiram com o caráter espontâneo, isto é, foi uma necessidade humana genuína de compartilhamento do conhecimento. Tal fato é corroborado na fase migratória. Nos momentos seguintes, motivadas por mudanças sociais e políticas, as universidades ficaram no domínio da Igreja e da realeza.



Sobre a permanência e a vitalidade das instituições medievais, há de se observar a originalidade e a importância destas construções e a sua relevância como espaço para o desenvolvimento do pensamento intelectual. Nessa perspectiva histórica, é conveniente observar que as bibliotecas medievais tinham para si mesmas o objetivo de instrução materializada nos ensinamentos teológicos, no estudo do latim e das leis.

A passagem da Idade Média para a Idade Moderna foi impulsionada pelo movimento renascentista, que causou importantes mudanças sociais e culturais. Afirma Silveira (2014) que esse contexto de transformações reflete também nas bibliotecas, principalmente com o advento do livro impresso iniciando o desenho de seu sentido moderno. Na análise que segue, a tentativa é circunscrever a biblioteca universitária frente às transformações ocorridas no período moderno, transformações essas que possibilitaram maior visibilidade e autonomia para a evolução conceitual da biblioteca na contemporaneidade.

### **3.2 Biblioteca universitária na idade moderna**

A modernidade, segundo Fridman (2014), é fruto da construção do pensamento humano em relação aos fatos que se desenrolaram no decorrer da História. É um período que se caracteriza pela realidade social, cultural e econômica vigente. Ao tratarmos da era moderna, é importante fazer referência à ordem política, à organização de nações e à forma econômica que estas adotaram, bem como a muitas outras características oriundas desse profícuo tempo da história.

Traçaremos uma abordagem conceitual de modernidade com uma íntima relação com os fatos históricos, mas não nos deteremos a fazer uma cronologia dos principais eventos ocorridos nessa época, e sim, proporcionar entendimento introdutório da trajetória do pensamento humano e o seu processo de construção. Para tanto, partiremos de um recorte das reflexões de Anthony Giddens, a fim de traçar um fio condutor que permita inserir as bibliotecas universitárias no contexto de mudanças em conexão com essa nova realidade histórica. Não serão aprofundadas, neste artigo, as complexas discussões sobre conceitos e limites da modernidade e pós-modernidade, para o que se sugere leituras das obras de autores como David Harvey, Jean-François Lyotard, Zygmunt Baumann e Anthony Giddens.

Giddens (1991) atua intelectualmente no debate sobre a modernidade, com ponderações sobre as instituições sociais, o trabalho, as novas dinâmicas de tempo e espaço, a globalização, as relações humanas etc. Esse teórico apresenta, de forma sucinta, uma



definição sobre modernidade ao afirmar que este fenômeno social “[...] refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.” (GIDDENS, 1991, p. 8).

O que caracteriza a modernidade é sua sustentação em quatro pilares que revolucionaram os campos da política, com o absolutismo monárquico; da cultura e da ciência com o Renascimento; da religião com a reforma protestante e do comércio, com as grandes navegações entre outras. Somamos a isso o desenvolvimento da imprensa no ocidente, que propiciou grandes avanços para a disseminação do conhecimento.

Acrescentamos, ainda, que a imprensa foi uma invenção que marcou a história moderna, não só pelo novo modo de disseminação da informação, mas como uma ferramenta que proporcionou mudanças sociais, políticas e ideológicas. Isso alterou todos os aspectos da cultura europeia do século XV. Como instrumento de mudança, contribuiu consideravelmente para a emergência da ciência, religião, cultura e política (RIBEIRO; CHAGAS; PINTO, 2007).

Houve a disseminação da informação de modo mais democrático, quando o conhecimento deixou de ser acessível a poucos, para abranger uma massa maior, mesmo que isso ainda representasse uma pequena parcela da população. A informação ganhou novas fronteiras e o pensamento alastrou-se por áreas ou regiões a que antes não tinham acesso, mesmo sendo a alfabetização um privilégio de poucos. Houve, nesse sentido, uma quebra do modo de reter o conhecimento, antes limitado (RIBEIRO; CHAGAS; PINTO, 2007).

Desde o século XVI, a máquina impressora é descrita como sendo literalmente à marca de uma época, mudando não só o modo de viver, mas também os estilos de produção de conhecimento e de leitura. Com os livros impressos, houve maior disseminação do hábito de leitura e de escrita, aproximando a cultura ao alcance das classes sociais populares percebidas por mudanças e crescente procura e produção de documentos escritos mais baratos, favorecendo o hábito da leitura silenciosa e solitária. O surgimento da imprensa estimulou a procura pela privacidade, contribuiu para a divulgação da reivindicação de direitos e liberdades individuais e permitiu a disseminação de ideias e conhecimentos com rapidez e facilidade. Percebemos, a partir disso, algumas reverberações no tocante a educação:

Os estudantes da Idade Média não estavam submetidos à jurisdição dos tribunais ordinários, eles não podiam ser procurados em seus colégios ou molestados pelos agentes de justiça, eles portavam uma vestimenta



particular, eles tinham o direito de duelarem entre si e eram reconhecidos como uma corporação fechada, com seus códigos morais, bons ou maus. No decorrer do tempo, com a democratização progressiva da vida pública, quando todas as outras guildas e corporações da Idade Média foram abolidas, estes privilégios de universitários se perderam em toda a Europa. (COGIOLLA, 2013, p. 282)

Na Idade Moderna, as bibliotecas e as universidades em particular evoluíram de forma significativa, principalmente a partir da invenção de Gutemberg. Isto se traduziu no aumento considerável da quantidade de livros que passaram a ser disponibilizados. O incremento do comércio livreiro e a produção mecânica das obras levaram rapidamente a um crescimento, em dimensão e em número, das bibliotecas das universidades e ao desenvolvimento da técnica bibliográfica (RIBEIRO, F., 2015).

O período que medeia os séculos XV e XIX ficou conhecido como “período humanista”, e teve como característica dominante, no que tange aos interesses das bibliotecas universitárias, a produção de repertórios bibliográficos especializados, ou seja, dedicados a áreas particulares do conhecimento (religião, medicina, jurisprudência, filosofia, etc.), cujas obras mais representativas se encontravam nos fundos das bibliotecas universitárias.

No final do século XIX e início do século XX, surgem as grandes bibliotecas no mundo, com grandes coleções de livros. Prédios foram construídos especialmente para abrigar esses acervos, e todo esse material foi organizado para ser disponibilizado ao público. Segundo Silveira (2014, p. 70) “Finalmente, as bibliotecas passam de ‘acesso fechado’, que era a prática comum até então, para ‘livre acesso às estantes’.” Obviamente que esse acervo, numa perspectiva descentralizadora, e como dissemos, disseminadora, precisava de uma organização que favorecesse sua disponibilização ao público, emergindo daí a necessidade de uma profissão que correspondesse a essa nova posição.

#### **4 A BIBLIOTECA NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO**

As bibliotecas começam a ser criadas no Brasil a partir do período colonial nos colégios dos jesuítas. Com efeito, é com a chegada das ordens religiosas que se inicia no país o que podemos chamar de processo de instrução. A Companhia de Jesus foi uma ordem religiosa oriunda da Igreja Católica, fundada na Europa, em 1540, por Inácio de Loyola. Era formada por padres designados de jesuítas, que tinham como missão catequizar e evangelizar, pregando o nome de Jesus.



O *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Jesus*, mais conhecido pela denominação de *Ratio Studiorum*, foi o método de ensino, que estabelecia o currículo, a orientação e a administração do sistema educacional a ser seguido, instituído por Inácio de Loyola para direcionar todas as ações educacionais dos padres jesuítas em suas atividades educacionais, tanto na colônia quanto na metrópole, ou seja, em qualquer localidade onde os jesuítas desempenhassem suas atividades. O *Ratio Studiorum* não era um tratado sistematizado de pedagogia, mas sim uma coletânea de regras e prescrições práticas e minuciosas a serem seguidas pelos padres jesuítas em suas aulas. Portanto, era um manual prático e sistematizado que apresentava ao professor a metodologia de ensino a ser utilizada em suas aulas.

Na abordagem da biblioteca universitária no Brasil uma questão se impõe: a criação da Biblioteca Real, esta menção deve-se ao fato de que tal instituição, mesmo de forma embrionária, gestou a institucionalização da biblioteca, sistematizando serviços e incumbindo a presença de profissionais capacitados para sua manutenção. De outra perspectiva, a criação da Biblioteca Real à época atendeu a uma elite letrada de Portugal e da Colônia, sem grandes pretensões no favorecimento da disseminação e criação do conhecimento.

#### **4.1 A real biblioteca brasileira**

Com a chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil, em 1808, o ensino superior desenvolveu-se pela multiplicação de faculdades isoladas, sendo as primeiras faculdades de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808 e de Engenharia, funcionando na Academia Militar, no Rio de Janeiro, dois anos depois. Em 1827, Dom Pedro I acrescentou os cursos jurídicos de Olinda e de São Paulo, com o que se completava a tríade dos cursos profissionais superiores que por tanto tempo dominaram o panorama do nosso ensino superior (CUNHA, 2007).

Entre as pratarias, joias, louças, livros, mapas, moedas, documentos de Estado e outros bens de valor que se conseguiu juntar nos navios que deixou Lisboa em 1807, não constava uma remessa importante: os caixotes de livros, documentos, gravuras e outras preciosidades da Real Biblioteca como observam Schwarcz, Azevedo e Costa (2002, p. 262) “na pressa, acabaram ficando abandonados no porto, e lá permaneceram, debaixo de sol e chuva, até retornar ao Palácio da Ajuda”. D. João, só tomou conhecimento do ocorrido algum tempo após sua chegada ao Rio de Janeiro.



Naquela época, a maior parte das atividades médicas era desenvolvida por curandeiros "herbalistas", herdeiros de conhecimentos africanos e indígenas, ou por práticos, que não passavam de "curiosos gerais". Quanto à educação no Brasil, as universidades eram proibidas pela metrópole, em contraposição à política cultural de reinos como a Espanha, que havia muito tempo liberara o ensino superior em suas colônias. De oficial, só aula de Artilharia e Arquitetura Militar e algumas esparsas e avulsas "escolas ou aulas régias", com cursos de Filosofia, Latim, Retórica, Matemática, sem nenhum planejamento que pudesse caracterizá-las como instrução pública. Afora isso, o ensino era administrado pelas ordens religiosas, em conventos e seminários (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002).

Inicialmente, o acervo da biblioteca percorreu várias instalações, as quais nunca se mostraram suficientemente adequadas para acomodar o precioso acervo. Somente em 1910 transferiu-se definitivamente para a Fundação da Biblioteca Nacional. Mesmo pronta desde 1815, a Biblioteca só teria seu primeiro estatuto em 1821. Apesar dos contratemplos, os livros iam sendo organizados, agrupados em cinco classes principais: Teologia, Jurisprudência, Ciências e Artes, Belas Letras e História (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002).

## **5 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL**

A curta história das bibliotecas universitárias brasileiras decorre da também recente história das universidades no Brasil, que desde sua criação passaram por consideráveis resistências seja de Portugal, ou de parte de brasileiros que não viam justificativa para à criação dessa instituição, considerando mais adequado que as elites da época procurassem à Europa para realizar seus estudos superiores (FÁVERO, 2006).

Todos os esforços de criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico, não lograram êxito, o que denota uma política de controle por parte da Metrópole de qualquer iniciativa que vislumbresse sinais de independência cultural e política da Colônia. Como alerta Fávero (2006), mesmo como sede da Monarquia, o Brasil consegue apenas o funcionamento de algumas escolas superiores de caráter profissionalizante.

Durante o período colonial, as atividades de ensino no Brasil estavam predominantemente nas mãos dos jesuítas, como já vimos. Os padres mantinham em seus colégios bibliotecas que apoiavam essas ações. Com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil em 1759, o sistema de ensino por ela administrado foi desarticulado e as bibliotecas dispersas. Com a chegada da corte portuguesa, em 1808, entre as diversas iniciativas que



visavam atender à nova realidade política do país, foram fundadas várias instituições de ensino, dando início a uma nova etapa no sistema brasileiro de educação (CUNHA, 1980).

Nesse período, as bibliotecas se instalaram nos colégios do Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, Recife, Maranhão e Pará e Bahia. Entre os conventos, destacam-se os da Bahia, de São Bento (1575), Convento do Carmo (1586), Convento das Mercês (1654), Convento de Santa Clara do Desterro (1667), Convento do São Francisco (1686), Convento da Soledade (1735), e na Lapa, o Convento da Conceição (1744), todos com bibliotecas dotadas de acervos importantes (SILVA, 2010).

Embora o surgimento da universidade, apoiado em ato do Governo Federal, continuasse sendo postergado, o regime de “desoficialização” do ensino acabou por gerar condições para o surgimento de universidades. Nesse contexto surge, em 1909, a Universidade de Manaus; em 1911 é instituída a de São Paulo e, em 1912, a do Paraná como instituições livres. No entanto, somente em 1915 a Reforma Carlos Maximiliano, por meio do Decreto nº 11.530, dispõe a respeito da instituição de uma universidade, determinando em seu art. 6º que: “O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito”, Em decorrência, a 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, é instituída a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), reunidas as três unidades de caráter profissional, assegurando-lhes autonomia didática e administrativa (FAVERO, 2006).

Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultado da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características. No que diz respeito às funções e ao papel da universidade, duas se apresentam: a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais; e a priorização da formação profissional (FAVERO, 2006).

A reforma universitária de 1968 trouxe grandes impactos para as Bibliotecas Universitárias (BRASIL, 1968). Tal Reforma foi gestada em decorrência dos resultados de um relatório sobre o ensino superior brasileiro, encomendado pelo então regime militar numa parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), com o objetivo de elaborar uma série de planos para ampliação e reestruturação do sistema de ensino universitário brasileiro. Uma das primeiras constatações registradas pela USAID eram as estruturas obsoletas e bibliotecas insatisfatórias.



É válido mencionarmos que, mesmo com a advertência da USAID sobre o estado das bibliotecas universitárias, ela não foi contemplada na Reforma (FAVERO, 2006).

Ao fim do século XX, a promulgação da LDB nº 9.394/1996 em seu capítulo IV, ao tratar dos objetivos, modalidades e critérios relativos ao ensino superior, destaca que ele deve “[...] encorajar o trabalho de pesquisa e investigação científica visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e assim desenvolver uma compreensão de homem e do meio onde ele vive.” (BRASIL, 1996, p. 2). No início do século XXI, as legislações no âmbito do ensino superior dão destaque às BU principalmente na avaliação da qualidade do ensino, através de leis e decretos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, é possível perceber o caráter intrínseco das bibliotecas com o ensino, especificamente, com o ensino superior a partir das concepções relacionadas às esferas física, cognitiva e social. Evidenciar essas afinidades à luz dos paradigmas atrelados ao ensino e por extensão a biblioteca universitária sobre os quais discorreremos ao longo do texto, nos auxilia na compreensão de como o tema ainda é pulsante campo científico.

E por isso, a partir da literatura que conhecemos sobre as bibliotecas universitárias medievais e modernas, o que podemos afirmar é que elas se estabeleceram, desde as origens, com forte vínculo orgânico às instituições de que dependiam, as universidades, e funcionavam como setores/serviços adequados no contexto dessas mesmas instituições.

Dissemos, que a biblioteca em qualquer modalidade de ensino que se apresenta carrega um *ethos* de memória, conhecimento, cidadania e desenvolvimento pessoal. Isto nos leva a inferir que são universais e atemporais e que, mesmo mudando sua posição de permanência, ela se mantém indivisível do seu caráter desafiador na construção do conhecimento e que as BU 's mantêm uma forte dependência com o ensino, operando como um binômio biblioteca universitária-ensino aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. 351 p.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em:



[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 2 jun. 2019.

COGGIOLA, Osvaldo. Novamente, a revolução francesa. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 47, p. 281-322, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: ensino superior da colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DIEL Paulo Fernando. As escolas dos mosteiros medievais: dinâmica social, didática e pedagógica **Educação Unisinos**, Paraná, v. 21, n. 3, p. 405-414, 2017.

DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco; CUNHA, Murilo Bastos da. Desenvolvimento das universidades e bibliotecas universitárias na idade média até à modernidade. **RDBCI**: rev. digit. bibliotecon. cienc. inf., Campinas, v. 15, n. 1, p. 99-129, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8646007>. Acesso em: 22 nov. 2019.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educ. Rev.**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, dez. 2006.

FRIDMAN, Luis Carlos. Próximos ou separados?: ideias de Giddens e Bauman sobre as motivações para a política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 92, p. 241-271, 2014.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **Mediação da informação em bibliotecas universitárias brasileiras e francesas**. 2015. 219 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 173-193, 2016.

OLIVEIRA, Joelma Gualberto de Oliveira; DUMONT, Ligia. Avaliação das bibliotecas universitárias da rede privada de ensino superior pelo Ministério de Educação/INEP. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, Rio de Janeiro, 2010. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010. p. 1-30. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3528/2653>. Acesso em: 18 out. 2019.

RIBEIRO, Fernanda. **As bibliotecas universitárias**: seu papel de mediação para o acesso ao conhecimento na era digital. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.



RIBEIRO, Gerlaine Marinotte; CHAGAS, Ricardo de Lima; PINTO, Sabrine Lino. O renascimento cultural a partir da imprensa: o livro e sua nova dimensão no contexto social do século XV. **Akropólis**, Umuarama, v. 15, n. 1-2, p. 29-36, jan./jun. 2007.

RIBEIRO, Maria Solange Pereira. Biblioteconomia na sociedade informatizada: à reconstrução da identidade profissional. In: CASTRO, César Augusto (org.). **Conhecimento, pesquisa e práticas sociais em Ciência da Informação**. São Luiz: EDUFMA, 2007. p. 201- 223.

SCHWARCZ, Lilian Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar de; COSTA, Ângela Marques da. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. Bibliotecas brasileiras vistas pelos viajantes no século XIX. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 39, n. 1, p. 67-87, abr. 2010.

SILVEIRA, Nalin Ferreira. Evolução das bibliotecas universitárias: information commons. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 69-76, 2014.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

XAVIER, Antonio Roberto; CHAGAS, Eduardo Ferreira; REIS, Edilberto, Cavalcante. Cultura e educação na Idade Média: aspectos histórico-filosófico-teológicos, **Revista Dialectus**, Ceará, n. 11, p. 310-326, 2017.